



Prisioneiros do tempo

Por A. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC

Sempre que alguém tem a coragem de inovar, surgem discussões apaixonadas, a favor e contra.

No caso concreto da nossa profissão, o momento actual (em pleno ano de eleições), é propício ao aparecimento de teses e debates cujo mérito e bondade deve ser muito bem equacionado. Muitas delas primam pelo facilitismo. À falta de argumentação válida, estas teses começam a pairar, emergindo vítimas e fantasmas que, na verdade, nunca existiram e que a própria realidade se encarrega de desmentir.

Mas o mais curioso, é que algumas das referidas teorias são oriundas de sectores da profissão com grandes responsabilidades num passado recente, quer porque ocuparam um papel de destaque junto dos TOC, quer porque viram as suas ideias, larga e sucessivamente derrotadas em actos eleitorais.

São invocados fantasmas em torno da clarificação da responsabilidade profissional, renegando a única via segura e perene da construção de dois pilares-chave: a dignificação e a credibilidade profissional. Não satisfeitos, insurgem-se contra as medidas de preparação dos TOC, ou até mesmo dos esforços implementados para a criação de uma maior e melhor qualidade profissional.

A “miopia” não os deixa conceber e sustentar uma estratégia de conduta que alargue os seus horizontes de actuação, tornando-os prisioneiros de um passado que não volta e que dele não se conseguem libertar.

Mas o que mais lhes tolda a mente é o facto de não poderem negar que a profissão evoluiu de uma forma extraordinária. Que começa a ser reconhecido o mérito público dos TOC. Que se alterou de forma notória os meios para o cumprimento das suas obrigações.

Quase de forma masoquista, acabam por sofrer duplamente. Primeiro, porque reconhecem que os outros são capazes de inovar, credibilizando a profissão. Segundo, porque reconhecem que ou-

tros fazem aquilo que eles não foram capazes de fazer, mas que gostariam de ter feito.

Os pilares base em que obrigatoriamente tem que assentar qualquer profissão que procure o reconhecimento do seu mérito, só podem ser a responsabilidade, a qualidade, a honorabilidade e a dignidade dos seus profissionais. Aos dirigentes das instituições reguladoras compete conceber e criar as condições para que os membros atinjam aqueles objectivos. Condições que passam por promover novos espaços de intervenção profissional e conceber ferramentas que auxiliem a cumprir os objectivos. Correndo sempre o risco de sermos juízes em causa própria, mas sufragados por sucessivos actos eleitorais de forma inequívoca, temos vindo a cumprir essa incumbência.

Contra ventos e marés, lutamos e vencemos a desmaterialização das declarações fiscais, uma indiscutível mais-valia que, sendo de muita importância para a Administração Pública, não o é menos para nós. Mas as conquistas não se ficam por aqui: concebemos, desenvolvemos e participámos activamente na génese da Informação Empresarial Simplificada (IES) que, estamos convencidos, constituirá outra fundamental mais-valia profissional. A forma como os TOC estão a responder ao seu desafio é a prova que não só estão preparados para os reptos que se vão lançando, mas, mais importante, estão imbuídos de uma inabalável vontade de os levar de vencida.

Uma derradeira mensagem para os que ainda não conseguiram vencer o tempo e dele continuam prisioneiros: alimentado-se de memórias que a evolução natural das coisas tornou obsoletas, aconselha-se um esforço suplementar para nos acompanharem nesta corrida que queremos seja de todos e não apenas de alguns, na certeza, porém, que, quem não quiser, porque não é capaz de derrotar os seus medos e memórias perdidas, rapidamente a história os esquecerá, porque ela nunca foi dos fracos ou indecisos, mas sim dos empreendedores. ■